



**CPIPANDEMIA
01131/2021**

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPIPANDEMIA

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a **reconvocação** da Senhora **Mayra Pinheiro**, Secretária de Gestão do Trabalho do Ministério da Saúde, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito, batizada como CPI DA PANDEMIA, foi criada pelos Requerimentos 1371 e 1372, ambos de 2021, com a finalidade de *apurar, no prazo de 90 dias, as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados; e as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, se valendo para isso de recursos originados da União Federal, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela Pandemia do Coronavírus "SARS-CoV-2", limitado apenas quanto à fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes federados para as ações de prevenção e combate à Pandemia da Covid-19, e excluindo as matérias de competência constitucional atribuídas aos Estados, Distrito Federal e Municípios.*



SF/21223.36779-45



SENADO FEDERAL

A reportagem do Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, exibido em 21/07/2021, intitulada “CPI analisa documentos com sugestão para que governo criasse tendas em Manaus a fim de indicar remédios ineficazes”, afirma que:

“Em janeiro deste ano, no auge da pandemia no Amazonas, o Ministério da Saúde pagou a viagem de 11 médicos a Manaus com um objetivo: orientar profissionais de saúde do estado para receitar remédios sem eficácia no tratamento da Covid.

À frente da operação estava a secretária de Gestão do Trabalho do Ministério da Saúde, Mayra Pinheiro.

Depois de passar alguns dias na cidade, o grupo de médicos elaborou um relatório que foi enviado no dia 20 de janeiro a Mayra Pinheiro e ao secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, Hélio Angotti.

A CPI da Covid teve acesso aos documentos após a quebra de sigilo dos e-mails da secretária.

A mensagem tem o título "Relatório UBS Manaus". O técnico do ministério escreveu:

"Segue o relatório que tinha a data para ser preenchido até o dia de hoje 20/01/2021, com a finalidade de relatar o que foi encontrado nas visitas das UBS's em Manaus, se adota ou não o tratamento precoce. Seguindo com algumas opiniões e possíveis soluções dos médicos voluntários."

Segundo o documento, nas visitas realizadas, foi constatado que 13 unidades básicas de saúde em Manaus adotavam o tratamento com medicamentos sem eficácia e que sete não adotavam.

Um dos médicos que participaram da comitiva, Gustavo Vinícius Pasquarelli Queiroz, relatou a resistência de colegas para prescrever remédios sem eficácia. E sugeriu: "Criação de 'tendas de tratamento precoce', onde atuariam profissionais que aderem esta modalidade terapêutica. Para não haver discordâncias entre as prescrições, sugiro a criação de um 'Kit'".

O médico afirmou que seria uma forma de ampliar a oferta dos medicamentos.



SF/21223.36779-45



SENADO FEDERAL

"Assim sendo, daríamos a opção dos doentes escolherem e não dos profissionais. Visto que atualmente os doentes têm que ter a 'sorte' de ser atendidos por um médico prescritor do tratamento precoce. Com as tendas, a decisão fica a cargo dos pacientes. Por fim, mesmo que os colegas locais aceitem o tratamento precoce, as UBS não disponibilizam as medicações. Algumas unidades não têm nem Dipirona."

No e-mail, também consta o relato de outro médico, Luciano Dias Azevedo, após visitas feitas no dia 15 de janeiro, auge da crise de oxigênio em Manaus.

(...)

No e-mail, Luciano defendeu que enfermeiros passassem a prescrever medicamentos no caso de resistência dos médicos:

"Problema: Poucos médicos que prescrevem o tratamento precoce. Solução: Aumentar o número de profissionais médicos que prescrevem tratamento precoce nas unidades básicas e/ou dar autonomia de prescrição para os enfermeiros treinados no escorço clínico associado a treinamento na identificação das fases da doença para prescreverem os pacientes e moradores do mesmo lar."

Para CPI, secretária de ministério mentiu

Na avaliação da cúpula da CPI, os documentos mostram que o governo operou abertamente para impor o uso de medicamentos sem comprovação científica na rede pública de saúde. E comprovam que Mayra Pinheiro mentiu em maio à CPI, quando afirmou que o Ministério da Saúde nunca recomendou o uso desses remédios.

"Vossa senhoria visitou as unidades básicas de saúde para recomendar aos médicos do SUS o uso do tratamento precoce?", indagou o relator, senador Renan Calheiros (MDB-AL), durante o depoimento.

"Não, senhor", respondeu Mayra Pinheiro.



SF/21223.36779-45



SENADO FEDERAL

"Não visitou a unidade, mas recomendou o uso do tratamento precoce?", indagou novamente Renan.

"Não. O Ministério da Saúde não recomenda. O Ministério da Saúde orienta", respondeu a secretária.

O senador governista Marcos do Val (Podemos-ES) disse que o governo agiu em Manaus como em outros estados do país e apenas criou as condições para os pacientes terem acesso aos medicamentos.

"Era uma indicação: 'Olha, quem quer fazer o uso, faça dentro da sua liberdade de, como médico, receitar e se responsabilizar pelo seu paciente'. Cada médico se responsabilizaria pelo seu paciente. Não era algo impositivo, 'tem que'. Era: 'Se quiser, pode fazer a solicitação que o estado solicita ao governo e o governo envia'. [...]. Garanto a você que não era imposto, era sugerido", afirmou do Val.

Na avaliação do presidente da CPI, senador Omar Aziz (PSD-AM), o estado do Amazonas foi usado como "cobaia" pelo Ministério da Saúde.

(...)"

Ainda segundo a reportagem, a Secretária Mayra Pinheiro participou de “media training” para responder as perguntas de senadores quando de sua oitiva por esta CPI:

“A CPI também teve acesso ao vídeo de um treinamento que Mayra Pinheiro fez antes de depor à comissão. Ela conversa com Regis Andriolo, biólogo defensor da cloroquina que ajudou a prepará-la.

A secretária revela que acertou com os senadores governistas perguntas que deveriam ser feitas, no que seria um jogo de cartas marcadas.

"A gente tem um grupo que nos apoia, que reconhece o nosso trabalho, e esse grupo precisa fazer perguntas, no direito que eles têm de interrogarem o depoente, que nos ajudem no nosso



SF/21223.36779-45



SENADO FEDERAL

discurso. Então, que perguntas eu posso dar para esses senadores fazerem a mim, entendeu?", indagou Mayra a Regis.

"Para aqueles que entendem que é um erro...", começou a responder o biólogo.

"Isso. Eles jogam para eu fazer o gol. Eles chutam pra eu fazer o gol", acrescentou a secretária.

"Perfeito. Quatro perguntas?", questiona o biólogo.

"É. O que o senhor achar necessário. Pode ser mais", responde Mayra.

"Capricha. Capricha e já me dá a resposta, porque os senadores têm que ter essa respostinha, entendeu?", completa a secretária.

"São cinco senadores que vão jogar com a gente. Então, eu preciso dar perguntas a eles para eles me interrogarem, cuja resposta seja a oportunidade de eu falar", concluiu Mayra Pinheiro."

Por essas razões, solicito o apoio dos colegas senadores para a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão,

de 2021.

Senador HUMBERTO COSTA

PT/PE



SF/21223.36779-45